

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano VIII, nº 32 – JUNHO / 2011

ISSN 1980-6310

APOIO:



Mais royalties e menos transparência

Artigo de Renato Lima de Oliveira mostra resultado de cruzamento de informações sobre receitas próprias e de royalties, participação política e prestação de contas em municípios. “O recebimento de royalties de petróleo chega a aumentar em até 16 pontos percentuais a probabilidade de não reportar dados fiscais”, revela o pesquisador.

PÁGINAS 2 A 4



ARTIGOS

Arranjo produtivo

Artigo de Robson Santos Dias analisa o ambiente institucional do arranjo produtivo de petróleo e gás natural na cidade de Macaé (RJ). Estudo discute mudanças institucionais ocorridas a partir da década de 90 e seus impactos nas empresas e organizações do setor petróleo.

PÁGINAS 5 A 7

A reação local

Artigo de William Souza Passos, Marlon Gomes Ney e José Luis Vianna da Cruz traz resultado de análise de edições de jornal local de Campos dos Goytacazes (RJ) em matérias sobre as articulações dos municípios da OMPETRO contra a Emenda Ibsen.

PÁGINAS 8 A 10

ARTIGO TRAZ RESULTADO DE ESTUDO QUE CONSTATOU QUE O RECEBIMENTO DE ROYALTIES DO PETRÓLEO, POR PARTE DE MUNICÍPIOS, TEM RELAÇÃO COM A REDUÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. CIDADES QUE RECEBEM ROYALTIES TÊM 16 VEZES MAIS PROBABILIDADE DE NÃO REPORTAR DADOS FISCAIS

■ ARTIGO ■

Rendas do petróleo e transparência fiscal em municípios brasileiros

RENATO LIMA DE OLIVEIRA

No início do século passado, boa parte da intelectualidade brasileira tinha a certeza de que o país era rico em petróleo – afinal, como seria possível ser a maior nação da América do Sul, estar cercado de países produtores como a Venezuela, Argentina e Bolívia e não ter o precioso líquido negro? Essa crença, ainda que sem base em estudo geológico, alimentou políticas nacionalistas, fazendo do Brasil o primeiro país não comunista a nacionalizar a indústria do petróleo ainda que nada produzisse (Smith 1976). Do campo de Lobato, em 1939, até as reservas de pré-sal, em 2007, um longo caminho de diferentes políticas públicas foi percorrido. A crença na abundância deu lugar ao pragmatismo e desânimo do Relatório Link (de 1960), a uma política mais aberta com a quebra do monopólio da Petrobras, em 1995, e ao problema atual: preparar o país para, finalmente, gerenciar as rendas do petróleo que dá para o consumo interno e vai sobrar para a exportação.

Está o país preparado para esse novo desafio? Para responder esta questão, sugerimos que é importante saber qual o futuro da indústria de petróleo, os problemas associados com a abundância de recursos naturais e como os recursos que já vem sendo distribuídos na forma de royalties estão afetando importantes indicadores de qualidade de gastos. Dada a brevidade do espaço, vamos contextualizar as primeiras

duas questões e focar no terceiro aspecto. Em especial, analisaremos como receber petróleo está associado ao não cumprimento de um requisito da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência nas receitas públicas.

DE LOBATO AO PRÉ-SAL, UMA GRANDE VARIEDADE DE POLÍTICAS

Através de um modelo logit de efeitos fixos, estimamos a probabilidade de um município não enviar os dados fiscais para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para tanto, usamos como variável independente o recebimento de royalties de petróleo e outros controles, para o período entre 2000 e 2009. Observamos que o dinheiro do petróleo está associado à menor transparência fiscal, o que é um mau sinal de como esses recursos estão sendo

PREVISÃO DO PICO DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO ENTRE 2010 E 2020

utilizados.

Apesar da popularidade da tese do Pico de Hubbert, que prega que o pico da produção mundial do petróleo está próximo ou mesmo já aconteceu

(Campbell 2005), talvez seja mais apropriado falar em pico do petróleo convencional, encontrado em terra e com custos mais baixos de extração. Preços elevados de petróleo e novas tecnologias permitiram a extração comercial de fontes antes inacessíveis ou economicamente inviáveis, como o próprio pré-sal brasileiro e as areias betuminosas de Alberta, no Canadá. A nova dinâmica da indústria do petróleo é a busca pelas fontes não convencionais, como o petróleo offshore, e o Brasil se destaca nessa tecnologia. Por esses motivos, previsões sobre o pico da produção de petróleo constantemente são postergadas. Por exemplo, Rosa (2007) estimava que o pico da produção de petróleo no Brasil seria atingido entre 2010-2020, e que a auto-suficiência seria passageira porque o Brasil não era um país rico em petróleo. No mesmo ano da publicação de tal artigo foi anunciada a descoberta de Tupi.

Maldição dos recursos naturais

Países ricos em recursos naturais tendem a apresentar mau desempenho econômico de longo prazo. Essa é uma regularidade empírica que ganhou o nome de maldição de recursos naturais e é explicada por mecanismos econômicos (como a Doença Holandesa) e políticos, como os maus incentivos dados a formuladores de políticas públicas pela existência de rendas a serem extraídas. Um ponto crucial para distinguir a boa da má aplicação dos recursos naturais é a quali-

dade das instituições do país produtor. Afinal, por exemplo, tanto a Noruega quanto a Venezuela são ricos em petróleo, mas a realidade desses países é bem diferente. Karl (1997) afirma que países que se financiam de forma

RIQUEZA NATURAL TENDE A LEVAR A MAU DESEMPENHO ECONÔMICO NO LONGO PRAZO

semelhante (como através de rendas do petróleo) devem compartilhar características que limitam o campo de escolhas dos responsáveis por políticas públicas. A exceção é para países em que a exportação em larga escala de recursos naturais é feita após a existência de um estado consolidado e institucionalmente forte. O Brasil, como um país que possui uma base industrial diversificada e burocracia consolidada, é um desafio para tal teoria. Não

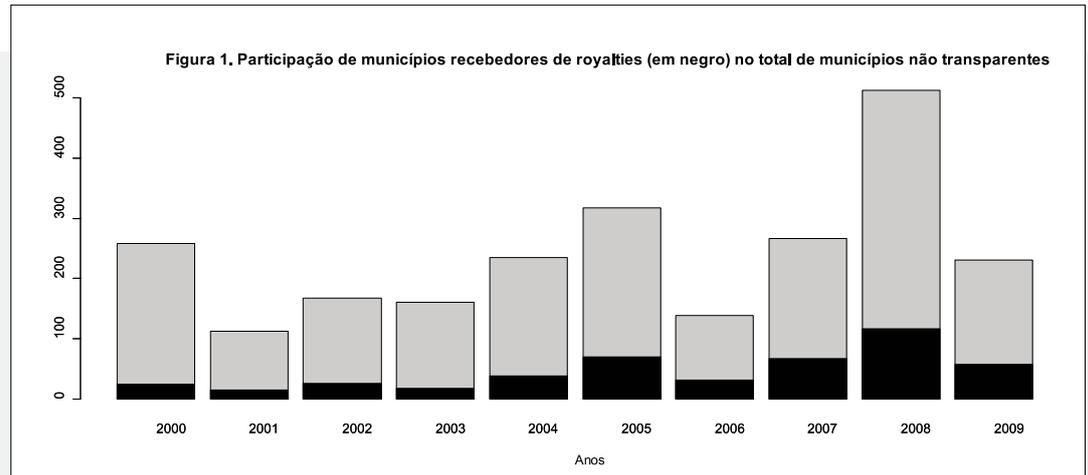
NÃO É POSSÍVEL PREVER SE O PRÉ-SAL SERÁ BOM OU RUIM PARA O BRASIL

é possível, hoje, dizer se a descoberta do pré-sal vai ser uma coisa boa ou ruim para o país, mas representa um desafio para as suas instituições.

continuação da página 2

Para avaliar o impacto institucional dos recursos do petróleo, analisaremos o cumprimento do requisito de transparência fiscal entre os municípios brasileiros. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 4 de maio de 2000, as contas públicas de municípios brasileiros devem ser enviadas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compondo um banco de dados de livre acesso (FINBRA/STN). A penalidade para quem não é transparente é a impossibilidade de fechar convênios com a União – o que não afeta a distribuição de recursos constitucionais, como a cota-parte FPM e as rendas de petróleo. No todo, o cumprimento é elevado: entre 2000 a 2009, 75% dos municípios enviaram dados para todos os anos e 97% enviaram para pelo menos seis anos. O gráfico 1 mostra o não envio de dados fiscais a cada ano, sendo a área escura a participação de municípios recebedores de petróleo. Visualmente, percebe-se que municípios beneficiados com royalties de petróleo aumentaram a sua participação no não envio: eram menos de 10% em 2000 e chegam a um quarto nos anos mais recentes. (Figura 1).

Na tabela 1, coeficientes positivos representam maior probabilidade de não enviar os dados fiscais. Das variáveis que compõe o modelo, apenas a dummy royalties e preço internacional do petróleo são consistentemente positivas. Maior comparecimento eleitoral está associado à maior transparência fiscal. O recebimento de royalties de petróleo chega a aumentar em até 16 pontos percentuais a probabilidade de não reportar dados fiscais. O percentual de autofinanciamento do município é um dos resultados mais substanciais em prever a probabilidade de maior transparência. Por exemplo, Campos dos Goytacazes (RJ) tem



Aplicando um modelo logit de efeitos fixos, modelamos a probabilidade do não envio de dados fiscais. O modelo é descrito como:

$$y_{it}^* = \tau D_{it} + x'_{it}\beta + \mu_i + \delta_t + \varepsilon_{it},$$

(1)

onde y_{it}^* é uma variável latente em que

$$y_{it} = \begin{cases} 0 & \text{se } y_{it}^* < 0 \\ 1 & \text{caso contrário} \end{cases}$$

e é uma dummy definida como 1 se o município i recebeu royalties de petróleo no tempo t, $x_{it}\beta$ é um vetor de covariáveis, μ_i é o efeito fixo da municipalidade, δ_t é o efeito fixo de tempo e ε_{it} é um termo de erro. Usamos o comparecimento eleitoral e a quantidade de candidatos a vereador

por município como medidas de accountability. O tamanho da população (em log) foi incluído para capturar a existência de uma sociedade civil mais dinâmica que se encontra em municípios maiores, como a presença de mais órgãos de imprensa e de controle social. A arrecadação própria é o percentual de autofinanciamento do município. Esta variável visa capturar o “efeito taxação”, quando governos prescindem de taxar seus habitantes e financiam suas atividades com outras fontes de renda, enfraquecendo a relação entre financiamento estatal e a vontade dos representados. Tal efeito é apontado como um dos mecanismos que levam à maldição dos recursos naturais. Para os modelos sem controle por ano, incluímos ainda o preço do petróleo como medida alternativa do efeito dos royalties. Foram utilizados 5.561 municípios em uma série de 2000 a 2009 – do primeiro ano da LRF até os dados mais recentes disponíveis.

Tabela 1. Transparência fiscal

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Dummy royalties	0.160** (0.051)	0.11*** (0.031)	0.078* (0.035)	0.10** (0.036)
População (em log)	-0.088 (0.073)	-0.061 (0.059)		
Comparecimento eleitoral	-0.196 (0.118)	-0.079*** (0.014)	-0.327*** (0.074)	-0.138*** (0.018)
Candidatos a vereador por vaga	-0.017* (0.007)	0.013*** (0.001)	-0.010*** (0.001)	0.019*** (0.001)
Preço internacional do petróleo		0.003*** (0)		0.003*** (0)
Percentual de autofinanciamento	-0.89*** (0.241)	-0.580*** (0.101)	-0.297** (0.102)	-0.436*** (0.086)
Dummies para municípios	SIM	SIM	SIM	SIM
Dummies para anos	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Log likelihood	-3780.0427	3845.6558	3849.3412	-3981.6065
Variável dependente: dummy para não envio de dados fiscais				
Erro-padrão Bootstrap em parênteses				
p-value: * 0.05, ** 0.01, *** 0.001				

A tabela 1 apresenta os efeitos marginais para o modelo estimado com a equação 1.

continuação da página 3

uma taxa própria média de apenas 5% e não enviou dados fiscais para cinco dos dez anos analisados. Já a cidade do Rio de Janeiro (RJ), que também se beneficia de rendas do petróleo, financia 37% dos seus gastos com taxa própria e enviou os dados fiscais para todos os anos. A variável número de candidatos a vereador por vaga tem o sinal invertido quando não se utilizam controles por ano, e, além disso, o efeito substantivo é pequeno. População teve o sinal es-

MESMO CONSIDERADO PAÍS DE CORRUPÇÃO ELEVADA, BRASIL TEM REPUTAÇÃO DE TRANSPARENTE

perado, mas não se mostrou significativo estatisticamente. As estimativas foram recalculadas utilizando-se outras técnicas e variáveis e os resultados são substancialmente semelhantes e estão à disposição através de contato com o autor.

Trabalhos que se debruçaram sobre o perfil de receitas e gastos dos municípios de petróleo, como alguns pu-

blicados neste boletim, observaram que os municípios ricos em petróleo não estão seguindo o princípio da justiça entre gerações. Por esse princípio, busca-se preservar o padrão de consumo da receita finita entre a geração atual e a futura. Adicionalmente, o presente trabalho evidencia que o gasto atual de recursos públicos está sendo feito de forma menos transparente, mostrando que a receita de petróleo está provocando uma mudança institucional numa direção não auspiciosa. E o atual mecanismo de punição pela falta de transparência é pouco relevante para municípios ricos em rendas de petróleo.

Conclusão

O Brasil é considerado internacionalmente como um país de corrupção elevada – ocupa a 69ª posição no ranking de 2010 da Transparência Internacional, que vai do menos ao mais corrupto – mas é reputado como um país de orçamento transparente. De fato, na pesquisa internacional feita pelo International Budget Partnership (IBP 2001), o Brasil é considerado o 9º melhor em termos de práticas orçamentárias. Essa instituição destaca que a

transparência orçamentária auxilia o sistema de freios e contrapesos, ajudando a priorizar decisões de políticas públicas e limitando a corrupção.

Dentro desse contexto, é ainda mais preocupante observar que municípios ricos em royalties de petróleo se tornaram menos transparentes à medida que esses recursos aumentaram. Os resultados também destacam os problemas associados a uma descentralização fiscal feita a partir de receitas transferidas, como já observado por Guedes e Gasparini (2007). Na prática, a punição atual para a falta de transparência – a não celebração de convênios com a União – é um custo pequeno quando se tem acesso a uma fonte de recurso obrigatória como os royalties. Os incentivos existentes hoje na utilização desse recurso não obedece ao princípio da justiça entre gerações nem é forte suficiente para garantir a accountability necessária do gasto atual.

RENATO LIMA DE OLIVEIRA É JORNALISTA (UFPE), MESTRE EM ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN - UIUC) E DOUTORANDO EM

CIÊNCIA POLÍTICA (MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY – MIT). (RLIMA@MIT.EDU)

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, COLIN. OIL CRISIS. BRENTWOOD (UK): MULTI-SCIENCE PUB. CO, 2005. 456 p.

GUEDES, KELLY PEREIRA AND CARLOS EDUARDO GASPARINI. DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL E TAMANHO DO GOVERNO NO BRASIL. ECONOMIA APLICADA 11, N. 2, P. 303-323, 2007.

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP (IBP). OPEN BUDGET SURVEY 2010. DISPONÍVEL EM <HTTP://WWW.INTERNATIONALBUDGET.ORG/FILES/2010 _ FULL _ REPORT-ENGLISH.PDF >. ACESSO EM: 10 DE FEVEREIRO, 2011.

KARL, TERRY LYNN. THE PARADOX OF PLENTY: OIL BOOMS AND PETRO-STATES. BERKELEY: UNIVERSITY OF CALIFORNIA PRESS, 1997. 342 p.

ROSA, SÉRGIO EDUARDO SILVEIRA. O DEBATE RECENTE SOBRE O PICO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO. REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 14, N. 28, P.171-200, 2007.

SMITH, PETER SEABORN. OIL AND POLITICS IN MODERN BRAZIL. TORONTO: MACMILLAN COMPANY OF CANADA, 1976. 289 p.

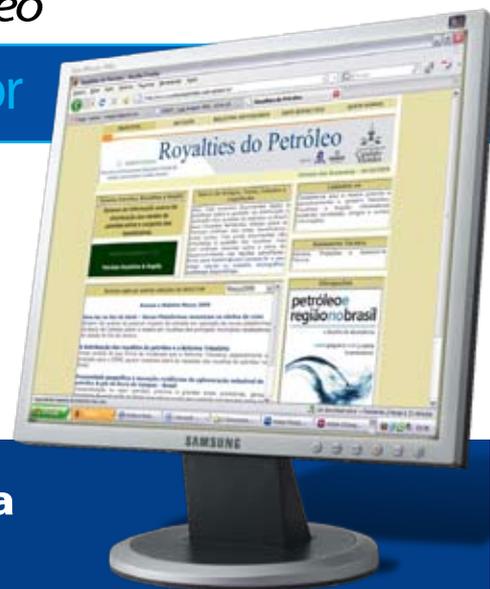
TRANSPARENCY INTERNATIONAL. CORRUPTION PERCEPTIONS INDEX 2010. DISPONÍVEL EM <HTTP://WWW.TRANSPARENCY.ORG/POLICY _ RESEARCH/SURVEYS _ INDICES/CPI/2010/RESULTS>. ACESSO EM: 18 DE FEVEREIRO DE 2011.

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas
- **INFOROYALTIES**

Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br



ARTIGO ANALISA O AMBIENTE INSTITUCIONAL DO ARRANJO PRODUTIVO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NA CIDADE DE MACAÉ, NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MUNICÍPIO CONFRONTANTE COM A BACIA DE CAMPOS. ESTUDO DISCUTE MUDANÇAS INSTITUCIONAIS OCORRIDAS A PARTIR DA DÉCADA DE 90 E SEUS IMPACTOS NAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES DO SETOR PETRÓLEO

■ Artigo ■

O arranjo produtivo de petróleo e gás natural em Macaé-RJ

ROBSON SANTOS DIAS

O objetivo deste estudo é analisar a partir da perspectiva teórica institucionalista, como se estrutura o ambiente institucional do arranjo produtivo de petróleo e gás natural de Macaé-RJ. Os ambientes institucionais são formados pelo conjunto de regras, normas, leis e convenções sociais que delimitam os espaços econômicos e condicionam sua evolução (MARTIN, 2000). A hipótese do trabalho se fundamenta na suposição de que as mudanças institucionais ocorridas na década de 90 na indústria petrolífera brasileira, em especial a Lei do Petróleo de 1997, foram fundamentais para a dinâmica econômica da última década no APL de Macaé. Em segundo plano, as normas de contratação das grandes empresas exercem outro papel basilar para a inserção das empresas locais no mercado petrolífero. Na esfera local, a reação à conjuntura dada teve como principal alvo as

TRABALHO PARTE
DO PRESSUPOSTO
DE QUE MUDANÇAS
INSTITUCIONAIS
IMPACTARAM MACAÉ

mudanças nos hábitos solidificados das empresas e organizações de apoio que tendiam ao isolamento. A articulação através de redes de empresas (a Rede Petro-BC principalmente) buscaram novas normatizações com o

objetivo de se criar uma nova configuração relacional entre as empresas e as demais organizações do APL.

Assim sendo, a exposição

MESMO EM CENÁRIO
LIBERAL, ESTADO
CONTINUA A SER
MAIOR REGULADOR
DA ECONOMIA

tenta refletir a multiescalaridade das instituições no território, enfocando, por um lado, as condicionantes extra-locais que engendram a conjuntura geral do setor petrolífero na última década e que impulsionaram as articulações formadas no APL de Macaé em reação ao contexto dado.

Marco regulatório e normas corporativas

Não há como desconsiderar numa perspectiva institucional do desenvolvimento o papel do Estado central como principal ator regulador do território na escala nacional. Mesmo a imposição do ideário neoliberal, que demoniza certas atribuições estatais (não todas, evidentemente), depende de uma série de delegações de poder por parte do Estado, que ainda é o ente regulador máximo, apesar da globalização.

A chamada quebra do monopólio ocorrida em 1995, confirmada pela Lei do Petróleo de 1997, que abriu o segmento upstream ao investimento privado, inclusive multinacional, pode ser

considerada, nestes termos, uma redefinição das regras do jogo da indústria do petróleo pelo Estado brasileiro. A implantação do regime de concessões administrado pela ANP significou uma total virada de rumo da dinâmica setorial, visto que a entrada de novas empresas nacionais e estrangeiras, tanto na concorrência pelos blocos exploratórios quanto na disputa pelos contratos de fornecimento, expôs um mercado até então protegido à competição com poderosas corporações oligopólicas. O impacto foi maior para o parque nacional de fornecedores de bens e serviços do que para a própria Petrobras, que já criara uma expertise tecnológica e operacional para competir pelas reservas brasileiras. Mas ao mesmo tempo, verificou-se uma enorme expansão do setor no país, com investimentos intensificados, ampliando as demandas para o parque fornecedor.

Diante do exposto, rapida-

IMPLANTAÇÃO
DO REGIME DE
CONCESSÕES FOI
GRANDE VIRADA NO
SETOR PETRÓLEO

mente surgiram organizações que visavam reforçar o posicionamento das empresas nacionais frente às empresas entrantes na indústria brasileira de petróleo e gás natural. A ONIP (Organização Nacional da Indústria

de Petróleo) é, sem dúvida, a principal organização de apoio surgida no país, sendo atualmente um importante ator do setor petrolífero na-

NAS REGIÕES
PRODUTORAS,
SURGIRAM
DIVERSAS
ORGANIZAÇÕES

cional. Através de seu papel articulador entre os interesses da indústria nacional e os órgãos reguladores do Estado, algumas mudanças foram feitas em favor do parque de fornecedores nacional, principalmente a exigência do conteúdo local nos contratos de concessão¹. Mas a ONIP não foi a única organização criada. Diversas outras organizações surgiram nos estados e regiões onde o papel do parque fornecedor era relevante para suas economias, dentre as quais a Rede Petro-BC.

A outra fonte de normatização da indústria petrolífera está ancorada no poder das corporações que dominam o mercado de contratações de bens e serviços no país, sobretudo a Petrobras. A própria formação do arranjo produtivo em Macaé ocorreu pari passu com a consolidação da produção petrolífera na Bacia de Campos sob os auspícios da estatal. Em termos práticos, a inserção das empresas locais no mercado de fornecimento Bacia de Campos depende, direta ou indiretamente, da adequação das mesmas aos padrões normativos exigidos nos contratos da Petrobras.

Continuação da página 5

Esta mantém duas relações cadastrais que qualificam sua rede de fornecedores, no caso, o Cadastro Corporativo e o Registro Local. Em ambos são feitas uma série de exigências que englobam critérios técnicos, financeiros, jurídicos e de gestão ambiental e segurança. Deste modo, as normas contratuais servem como um referencial para a adequação das empresas fornecedoras internalizarem as competências setoriais. Ainda, a posse dos certificados de cadastramento (CRCC, principalmente) se tornaram um selo que aumentam as possibilidades de contratos com outras grandes empresas, visto que muitas delas utilizam os cadastros da Petrobras como exigência para contratação.

Portanto, considerando que outras operadoras adotam o mesmo procedimento da Petrobras para qualificarem suas redes fornecedoras, é possível inferir que as normas contratuais corporativas formam a primeira barreira de entrada para as empresas locais ingressarem no mercado de fornecimento da indústria petrolífera.

Uma análise da Rede Petro-BC

Diversas pesquisas empreendidas nos últimos anos

sobre o arranjo produtivo de petróleo e gás natural de Macaé vêm apontando que o isolamento empresarial, a atomização das ações e o pequeno envolvimento das empresas em projetos de desenvolvimento local formam

ISOLAMENTO DE EMPRESAS GERA GARGALOS PARA CIDADE E SEU ENTORNO

um conjunto de gargalos limitantes para o município e sua região de entorno². Com o acirramento competitivo verificado na conjuntura pós abertura, o tecido empresarial local passou a conviver o risco real de ser colocado para fora do mercado pelas empresas entrantes estrangeiras, que se inseriram a mais tempo na concorrência globalizada. Ainda vale ressaltar que redes de empresas de países como o Reino Unido e a Noruega adotaram estratégias específicas para fornecerem bens e produtos na Bacia de Campos.

Com efeito, o isolamento passou a ser um risco para

o tecido empresarial local, o que estimulou a formação de redes de empresas no arranjo produtivo. Duas iniciativas foram postas em prática. A primeira articulação foi o GEPS (Grupo de Empresas Prestadoras de Serviços da Cadeia Produtiva de Petróleo), criada em 2002, mas que por diversas razões não teve um funcionamento efetivo. A segunda iniciativa foi a Rede Petro-BC, fundada em 2003 inspirada pela experiência da Rede Petro-RS, que gerou resultados excelentes para as empresas gaúchas em apenas três anos de funcionamento. Como a Rede Petro-BC é a única rede de empresas em atuação na região, a análise feita sobre a influência da articulação local sobre o ambiente institucional teve como laboratório essa organização.

A Rede Petro-BC é formada basicamente por pequenas e médias empresas sediadas em Macaé, que operam principalmente na prestação de serviços e no fornecimento de bens industriais. Mas sua existência está fundamentada no acordo entre cinco organizações: o SEBRAE, a ONIP, a FIRJAN, a Petrobras, a Associação Comercial e Industrial de Macaé e a Pre-

feitura deste município. Operacionalmente, no entanto, o Comitê Gestor, responsável pelas estratégias da rede, é formado tanto por membros dessas organizações quanto pelas empresas associadas.

A rede tem sido o berço de

REDE PETRO-BC TEM SIDO BERÇO DE INOVAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES LIGADAS AO SETOR

algumas inovações ocorridas no âmbito das instituições do arranjo produtivo nos últimos anos, contribuindo para melhorar a reatividade local às mudanças da conjuntura setorial. Pelo menos quatro elementos podem ser elencados.

Em primeiro lugar, a Rede Petro-BC está instituída sobre as bases da articulação. Ela não existe enquanto pessoa jurídica. Neste sentido, as condições para seu funcionamento (secretárias, instalações, tecnologias de informação etc) são divididas entre as organizações instituidoras supramencionadas, assim como sua base financeira é

CONTINUA NA PÁGINA 7



ORGANIZADORES

Rosélia Piquet e Rodrigo Serra

EDITORA

Garamond

AUTORES

Ailton M. de Carvalho
Ana Beatriz Manhães Pinto
Carla Pontes
Denise Terra
Eduardo Rappel
Elzira Oliveira
Érica Tavares da Silva
Gustavo Givisiez
José Gutman

José Luis Vianna da Cruz
Leonardo de Carvalho
Maria Eugênia Totti
Mário Jesiel
Robson Grassi
Rodrigo Serra
Rosélia Piquet
Sávio Caçador
Tânia Braga

continuação da página 6

garantida pelas mensalidades pagas pelos associados. Deste modo, a rede ganha flexibilidade e agilidade para reagir às vicissitudes da conjuntura, visto que o típico engessamento da burocracia foi evitado. Além disso, muda a lógica do insulamento dos atores locais.

Em segundo lugar, a rede tem sido um espaço privilegiado para a sincronização entre a proximidade geográfica e a proximidade relacional, tidas pela literatura como um aspecto fundamental para o desenvolvimento local. A densidade relacional pretendida pela rede tem como estratégia a prática de reuniões periódicas entre as organizações instituidoras e os empresários para troca de informações e elaboração de estratégias. Ademais, algumas vezes ao ano são realizadas rodadas de negócios que visam aproximar as demandas dos contratantes da região com as fornecedoras associadas, facilitando o acesso das empresas locais aos contratos das grandes empresas.

Terceiro, a Rede Petro-BC tem potencial para mediar o processo de qualificação das empresas associadas, de modo a internalizarem as competências exigidas pelo setor. A presença da Petrobras e de organizações como a ONIP, o SEBRAE e a FIRJAN pode ser utilizada de forma estratégica para facilitar a adaptação das associadas às normas setoriais. Alguns movimentos vinham

sendo feitos neste sentido, visto que a Rede Petro-BC tem condicionado novas adesões à posse dos certificados da Petrobras e exigido dos já associados o credenciamento dos registros da estatal. O objetivo é transformar a associação à rede numa espécie de selo de qualificação junto ao mercado, de modo a abrir portas de negócios para suas empresas.

Finalmente, tendo em vista sua função articuladora relacional do setor petrolífero na região, a Rede Petro-BC foi formalizada como o espaço de gover-

REDE PETRO-BC BUSCA MANTER DENSIDADE RELACIONAL ENTRE AGENTES

nança do projeto Arranjo Produtivo Local Petróleo, Gás e Energia, instituído por um convênio entre a Petrobras e o SEBRAE de melhoria da competitividade da cadeia produtiva de petróleo e gás natural no país. O projeto tenta construir um território inovador para o setor, baseado justamente na proximidade relacional já ensaiada na Rede Petro-BC. Trata-se, com efeito, de uma consolidação da vinculação da imagem da rede com o território específico da indústria de petróleo localizada

em Macaé e região.

Considerações finais

Sem dúvida a presença da Rede Petro-BC tem sido uma inovação no histórico do arranjo produtivo devido ao seu esforço de reversão do insulamento verificado pelas pesquisas empreendidas nos últimos anos. Mas com o devido cuidado, não se deve adotar um espírito ufanista ao se abordar as perspectivas positivas inauguradas pela sua atuação. Durante a pesquisa, foram verificadas inúmeros gargalos no próprio funcionamento da rede, dentre os quais a persistência da pouca adesão de inúmeras associadas, as dificuldades no relacionamento com as administrações públicas e a concentração da maior parte das informações estratégicas entre os membros do Comitê Gestor. Uma primeira avaliação, com interesse para a análise do ambiente institucional, é o papel de inércia das práticas longamente consolidadas no território, que tornam as reações às mudanças conjunturais algo mais desafiador. Uma questão mais recente surge com as novas mudanças regulatórias para o Pré-Sal, que coloca num novo patamar o delineamento evolutivo do setor, com ainda mais demandas a serem supridas, mas numa normatização que tende a privilegiar a indústria nacional.

**ROBSON SANTOS DIAS É
PROFESSOR DO INSTITUTO**

FEDERAL FLUMINENSE - CAMPUS CABO FRIO; LICENCIADO EM GEOGRAFIA (IFF, 2006); MESTRE EM GEOGRAFIA (UFRJ, 2009); DOUTORANDO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (IPPUR-UFRJ).

NOTAS

1 - VER O TRABALHO DE RAPPEL (2003), QUE FAZ UMA DISCUSSÃO MAIS PROFUNDA SOBRE O ASSUNTO.

2 - VER OS TRABALHOS DE FAURÉ (2005) E PIQUET E OLIVEIRA (2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAURÉ, YVES. INTERNALIZAR AS OPORTUNIDADES DO PETRÓLEO E DIVERSIFICAR A ECONOMIA MUNICIPAL. IN: FAURÉ, YVES; HASENCLEVER, LIA. O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ESTUDOS AVANÇADOS NAS REALIDADES MUNICIPAIS. RIO DE JANEIRO: E-PAPERS, 2005, p. 215-322.

MARTIN, RON. THE INSTITUTIONAL APPROACHES IN ECONOMIC GEOGRAPHY. IN: SHEPARD, ERIC; BARNES, TREVOR. A COMPANION TO ECONOMIC GEOGRAPHY. LONDRES: BLACKWELL, 2000, p. 77-94.

PIQUET, ROSÉLIA; OLIVEIRA, ELIZIA LÚCIA EMPRESAS E EMPRESÁRIOS DO NORTE FLUMINENSE: UMA ANÁLISE QUALITATIVA. IN: PIQUET, ROSÉLIA; SERRA, RODRIGO. (ORGS.) PETRÓLEO E REGIÃO NO BRASIL: O DESAFIO DA ABUNDÂNCIA. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2007, p. 267-288.

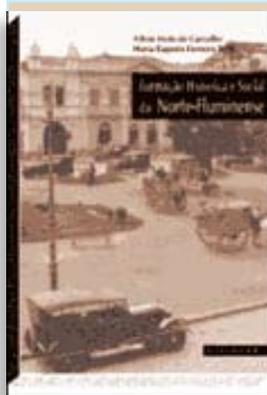
RAPPEL, EDUARDO. OPORTUNIDADES E DESAFIOS DO PARQUE NACIONAL DE FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS PARA O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS. IN: PIQUET, ROSÉLIA. (ORG.) PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003, p. 95-121.

FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO NORTE FLUMINENSE

EDITORA GARAMOND

Organizado por Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugênia Ferreira Totti

Com textos de Maria Eugênia Ferreira Totti - Paulo Pedrosa - José Luís Vianna da Cruz - Teresa Peixoto Faria - Érica Tavares da Silva - Paulo Marcelo de Souza - Nivaldo José Ponciano - Romeu Silva Neto - Ailton Mota de Carvalho - Rodrigo Valente Serra - Denise Tavares Terra - Sônia Martins de Almeida Nogueira



ANÁLISE DAS EDIÇÕES DE MARÇO DE 2010 DO JORNAL FOLHA DA MANHÃ, DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, BUSCA VERIFICAR O CONJUNTO DE ARTICULAÇÕES EMPREENDIDAS PELOS MUNICÍPIOS DA OMPETRO COM O OBJETIVO DE IMPEDIR A APROVAÇÃO DA EMENDA Nº 387/09 (EMENDA IBSEN PINHEIRO)

Artigo

A Emenda Ibsen Pinheiro e a questão Regional do Norte Fluminense¹

WILLIAM SOUZA PASSOS, MARLON GOMES NEY E JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ

O objeto deste artigo é apresentar uma nova proposta de análise da questão regional do Norte Fluminense (NF), mediante a observação das estratégias e ações dos principais atores e entidades de representação setorial em destaque na imprensa escrita da região. Tal proposta toma como base os resultados de uma pesquisa realizada, na qual foram observados, de modo especial, as edições de março de 2010, do jornal Folha da Manhã, de Campos dos Goytacazes, para verificar o conjunto de articulações empreendidas pelos municípios da OMPETRO com o objetivo de impedir a aprovação da Emenda nº 387/09 (Emenda Ibsen Pinheiro), que propõe a redistribuição igualitária entre todos os estados e municípios brasileiros das participações governamentais do petróleo, atuais e futuras.

A escolha especificamente da Folha da Manhã deu-se pelo fato de que, além de corresponder atualmente ao maior jornal em circulação da região, desde sua fundação, em 1978, o periódico assume a defesa regionalista do NF, apresentando-se como portavoz dos interesses regionais e do desenvolvimento do NF.

Foram, ao todo, pesquisadas as edições de 2010 de 01 de março a 30 de junho, e utilizadas apenas as edições de março (mês da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Emenda 387/09), com algumas incursões até 31 de dezembro (mês do veto do Presidente da República). Na seleção, privilegiou-se o material referente às estratégias e ações dos municípios congregados pela OMPETRO na busca de empecilhos à aprovação do Projeto de

Lei Federal nº 5938/09.

O período escolhido procurou abarcar os três principais momentos, a partir de março de 2010, da tramitação da nova proposta de partilha dos royalties do petróleo entre os municípios brasileiros: a aprovação, em 10/03/2010, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Federal nº 5.938/092 que incorpora a Emenda Ibsen Pinheiro (Emenda nº 397/09); a aprovação, em 10/06/2010, pelo Senado, da Emenda Modificativa nº 24 (Emenda Simon), incluída no Substitutivo da Casa ao Projeto de Lei original; e o veto do Presidente da República, em 22/12/2010. No decorrer da análise dos jornais, privilegiou-se a observação acerca da reação das autoridades municipais diante da aprovação, pela Câmara, do referido projeto de lei, assim como o conjunto de ações e estratégias formuladas como resposta à medida.

Ao final da pesquisa, chegou-se a conclusão de que o conjunto de articulações dos municípios da OMPETRO, na ocasião, muito mais do que reproduzir uma ação de caráter regionalista, assemelha-se ao conjunto de estratégias adotadas pelas elites açucareiras, quando do seu predomínio na região, até a década de 1980.

Os Projetos de Região Pós-1970

Embora tenham se originado em períodos anteriores da história regional, Cruz (2003) chama a atenção para a afirmação da coexistência de dois projetos de região distintos no NF desde os anos 1970: um, construído em torno da defesa da monocultura da cana, do açúcar e do álcool, vinculado aos interesses das frações ligadas à pecuária (fazendeiros) e à agroindústria açucareira (usineiros e fornecedores de cana), de caráter agrário e pré-capitalista,

e outro relacionado aos setores sociais alijados ou insatisfeitos com o projeto monocultor, construído em torno da defesa de diferentes projetos de diversificação econômica, de caráter urbano e moderno e relacionado a industrialização.

Favorecidas pela conjuntura que permitiu uma grande oferta de recursos fartos, constantes e baratos para o NF, direcionados à expansão e modernização do setor sucroalcooleiro, cujo auge se deu com a criação do Proálcool, em 1975, as elites agropecuárias, lideradas pelos usineiros, empreenderam um conjunto de articulações para dentro (com a imprensa, jornalistas, técnicos, burocratas de governo e políticos) e para fora (com os governos estadual e federal) da região, promovendo o seu fechamento (OLIVEIRA, 1977) e assumindo a o papel de representação (BOURDIEU, 2007) dos interesses e do desenvolvimento regional.

Com isso, na porção territorial no entorno de Campos dos Goytacazes, entre as décadas de 1970 e 1990, predominou o projeto monocultor canavieiro sobre o projeto diversificador alternativo, que, então, permaneceu como anseio silenciado, presente apenas sob a forma de retórica, nos momentos em que se pretendia contemplar setores insatisfeitos com o projeto das elites agropecuárias.

Por outro lado, em 1978, a Petrobras inicia, em Macaé, a produção de petróleo na Bacia de Campos. Tal fato conduziu ao aprofundamento do processo de diferenciação regional que produziu duas sub-regiões: uma, polarizada por Campos dos Goytacazes, mais tradicional dentro do imaginário regional e economicamente vinculada às

atividades da cana, do açúcar e do álcool, portadora de um mercado de trabalho mais restrito e precário, com um nível de renda e qualificação da mão-de-obra significativamente baixos; e outra, dominada por Macaé, ligada às atividades de produção e extração do petróleo da Bacia de Campos, vinculada no imaginário regional a crença de região futura, detentora de elevados índices de crescimento e demandante de uma força de trabalho com um níveis de qualificação e remuneração bastante superiores (CRUZ, 2004).

Nos anos 1980 e 1990, com o declínio das atividades sucroalcooleiras no NF, que resultou na falência e transferência de elevado número de usinas para proprietários pernambucanos, chega ao fim o domínio político das elites agropecuárias, possibilitando a consolidação do processo de abertura (OLIVEIRA, 1977) da região, com a emergência de um novo bloco de poder organizado sob a liderança das administrações municipais.

Com isso, a porção territorial polarizada por Campos dos Goytacazes conhece um ciclo de estagnação econômica que perdura até o final da década de 1990, com a vigência da chamada lei do petróleo (Lei 9.478/97), que superelevou às alíquotas e repasses das compensações financeiras pela exploração de petróleo e injetou significativo volume de recursos nos orçamentos dos municípios costeiros, limitofes a Bacia de Campos.

Tudo isso produziu nestes municípios o início de uma dinâmica econômica altamente atrelada ao orçamento municipal e, ao mesmo tempo, provocou um conjunto de articulações, por parte de suas autoridades municipais, no sentido de reivindicarem tratamento

diferenciado ao que chamavam de municípios produtores de petróleo. Para legitimarem o papel de porta-vozes e representantes dos interesses destes municípios, fundaram, em 2001, a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO).

Agregando atualmente dez municípios (São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Carapicuíba, Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Casemiro de Abreu, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Niterói), a OMPETRO vem se caracterizando, na prática, como uma associação unicamente com o objetivo de garantir os repasses e fiscalizar o volume dos recursos do petróleo transferidos aos municípios limítrofes a Bacia de Campos.

Em dados momentos, sempre que a possibilidade de mudanças na legislação ameaça a manutenção do patamar de royalties recebidos pelos municípios, a OMPETRO se articula, acionando as esferas estadual e federal, com o intuito de garantir a distribuição dos recursos estabelecida pela Lei 9.478/97. Foi o que aconteceu, por exemplo, diante da apresentação, pelo Deputado Federal Ibsen Pinheiro, da Emenda nº 397/09, que propõe a criação de um Fundo Especial para distribuir de forma igualitária entre todos os estados (50%) e municípios (50%) brasileiros os valores das participações governamentais, atuais e futuras, da exploração e produção de petróleo, seguindo os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O Ressurgimento do Discurso do Petróleo

A pesquisa das edições do jornal Folha da Manhã observou que, reproduzindo de forma semelhante as práticas regionalistas dos usineiros, a OMPETRO empreendeu um conjunto de articulações para dentro (lançando o movimento “Justiça para quem produz” e organizando um protesto em praça pública, em 04/03/2010, com a adesão de seis prefeituras²) e para fora (com

os governos estaduais do RJ e ES e suas respectivas bancadas no Congresso Nacional, além da pressão sobre o Supremo Tribunal Federal – STF – e o Presidente da República) da região com o objetivo de impedir a aprovação da emenda constitucional que conduziria a uma drástica redução das receitas de um conjunto de municípios localizados na faixa costeira fluminense.

Alegando os impactos sofridos, em seus territórios, pelas atividades da Bacia de Campos e argumentando os direitos estabelecidos pelo artigo 20 da Constituição Federal de 1988, alguns prefeitos do NF prenunciavam um futuro trágico para a região com a aprovação da medida:

A prefeita de Campos, Rosinha Garotinho, prevê uma catástrofe econômica e social se a partilha for confirmada. “A infraestrutura do município vai se degradar. Vamos perder condições de crescer, e o comércio vai sentir o impacto. Haverá demissões em massa (...)”.

O desemprego também seria um problema em Quissamã. “O não pagamento dos royalties resultaria na demissão imediata de 1.500 servidores. (...)”, alerta o prefeito Armando Carneiro (...).

Em São João da Barra, a arrecadação de royalties representa cerca de 70% do orçamento. Com isso, seriam suspensos programas sociais e investimentos em infraestrutura. (...) assinala a prefeita Carla Machado. (FOLHA DA MANHÃ, 07 mar. 2010, p.9. Matéria: Prefeitos prevêem catástrofe econômica).

Somando-se a mencionada manifestação de 04/03/2010, os municípios da OMPETRO empreenderam ainda um conjunto de articulações com os governos estaduais do RJ e ES.

Os prefeitos de municípios produtores de petró-

leo participaram hoje de uma reunião com o governador Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro. Na pauta, a discussão de estratégias para evitar a aprovação da emenda do deputado federal Ibsen Pinheiro, que modifica critérios de repasse dos royalties. Ontem, enquanto um grupo de prefeitos se reunia em Macaé, a presidente da OMPETRO, Rosinha Garotinho, era recebida pelo governador do Espírito Santo, Paulo Hartung. (FOLHA DA MANHÃ, 03 mar. 2010, capa. Manchete: Cabral convoca prefeitos para reunião sobre royalties no Rio).

Ao mesmo tempo, os municípios fluminenses buscaram acionar as próprias bancadas no Congresso Nacional e exercer pressão sobre o Presidente da República.

O presidente Lula irá se reunir com a bancada governista no Congresso Nacional para que a votação da emenda do deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB), que prevê a redistribuição dos royalties, se limite à questão do pré-sal. A garantia foi passada ontem pelo próprio presidente, que esteve com prefeitos da região, no Rio, em encontro agendado pelo governador Sérgio Cabral (PMDB). Na ocasião, a prefeita Rosinha Garotinho, presidente da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO), entregou uma carta da OMPETRO expondo perdas de municípios e do Estado do Rio com a emenda de Ibsen Pinheiro. (FOLHA DA MANHÃ, 09 mar. 2010, capa. Matéria: Lula chama bancada para manter acordo).

O governador Sérgio Cabral está tranqüilo em relação à manutenção

dos royalties aos estados e municípios produtores. (...) Cabral revelou ter um acordo com o presidente Lula, garantindo que a emenda sobre a partilha dos royalties proposta pelo deputado federal Ibsen Pinheiro, prevista para ser votada hoje, se dará apenas no pré-sal. (FOLHA DA MANHÃ, 10 mar. 2010, capa. Manchete: Cabral garante).

O governador Sérgio Cabral aposta que o presidente vetará a Emenda Ibsen caso ela seja aprovada no Senado. “É mais fácil o Sargento Garcia prender o Zorro do que o presidente não vetar essa barbaridade. (...)” (FOLHA DA MANHÃ, 23 mar. 2010, p. 3. Matéria: Papo secreto sobre royalties).

Matoso informou que, se a emenda de Ibsen for aprovada na Câmara, o bloco formado pelo senador Crivella poderá negociar com outros senadores e, então, travar a emenda quando for votada: (...) (FOLHA DA MANHÃ, 05 mar. 2010, p. 10. Matéria: Crivella leva Matoso ao STF por royalties).

Outra estratégia consistiu em pressionar o presidente do STF.

Na quarta-feira, quando a emenda de Ibsen Pinheiro será votada na Câmara dos Deputados, representantes dos municípios produtores estarão em Brasília para um encontro com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. “Vamos tentar sensibilizar o ministro quanto às perdas caso a emenda seja validada”, destaca o prefeito de Macaé, Riverton Mussi. (FOLHA DA MANHÃ, 07 mar. 2010, p. 10. Matéria: Contato no STF antes de votação).

Ele disse que pretende levar a Gilmar Mendes os

anseios da população de Campos e outros municípios da região. "Essas perdas são inadmissíveis e estamos nessa luta. Vamos mostrar ao ministro o impacto que essa mudança trará aos municípios produtores". (FOLHA DA MANHÃ, 05 mar. 2010, p. 10. Matéria: Crivella leva Matoso ao STF por royalties).

Considerando a possibilidade de derrota no Congresso, os municípios da OMPETRO chegaram a cogitar a hipótese de apelar aos mecanismos jurídicos do STF.

Rosinha sugeriu que, após a eleição no Congresso, seja proposta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) para garantir os direitos dos municípios. (FOLHA DA MANHÃ, 04 mar. 2010, p. 9. Matéria: Rosinha reafirma caminho ao STF).

Considerações Finais

É a partir do conjunto de articulações dos municípios do litoral fluminense em torno da OMPETRO, mais intensa em dados momentos, como, por exemplo, diante da aprovação da Emenda Ibsen Pinheiro, que este

trabalho defende a organização de um novo arranjo regionalista no NF, nos mesmos moldes do regionalismo das elites açucareiras, enquanto predominaram na região, até a década de 1980.

Diferentemente do projeto açucareiro, territorialmente circunscrito às atuais regiões Norte e Noroeste fluminense, o projeto da OMPETRO reivindica a identidade de municípios produtores de petróleo a uma faixa de municípios costeiros que se estende desde São João da Barra até Cabo Frio. Em nenhum momento ao longo da pesquisa, mesmo nos períodos de maior intensificação da coesão da OMPETRO, se observou qualquer referência a participação de Niterói, embora pertença nominalmente a organização.

De qualquer maneira, o que se tem de concreto é a certeza da irreversibilidade da tendência de mudança nas atuais regras de distribuição dos royalties. Neste sentido, tanto o projeto da OMPETRO quanto o das elites atualmente no poder nestes municípios estariam comprometidos, ficando o futuro quanto a permanência deste projeto regional em aberto.

WILLIAM SOUZA PASSOS É GRADUADO EM GEOGRAFIA, MES-

TRANDO EM POLÍTICAS SOCIAIS PELA UENF E PROFESSOR DA GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UCAM. (GEOGRA.WILLIAM@GMAIL.COM) MARLON GOMES NEY É ECONOMISTA, NESTRE EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DOUTOR EM ECONOMIA APLICADA PELA UNICAMP. PROFESSOR DO MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS DA UENF. (MARLONGOMES@HOTMAIL.COM).

JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ É CIENTISTA SOCIAL E MESTRE E DOUTOR EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL PELO IPPUR/UFRJ, COM ESPECIALIZAÇÃO, EM NÍVEL DE DOUTORADO, EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, PELA UNIVERSIDADE LILLE 1, FRANÇA. PROFESSOR E DIRETOR DO ESR/UFF, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ; PROFESSOR DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DE CIDADES DA UCAM. (JOSELUIS-VIANNA@UOL.COM.BR)

NOTAS

1 - ESTE ARTIGO CONSTITUI UMA VERSÃO RESUMIDA DO TRABALHO APRESENTADO NO XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. DISPONÍVEL EM: PASSOS, WILLIAM SOUZA; NEY, MARLON GOMES; CRUZ, JOSÉ LUIS VIANNA DA. EMENDA IBSEN PINHEIRO E QUESTÃO REGIONAL DO NORTE FLUMINENSE: O RESSURGIMENTO DO

DISCURSO REGIONALISTA DO PETRÓLEO COM A TRAMITAÇÃO DA EMENDA Nº 387/2009. IN: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14, 2011, RIO DE JANEIRO. ANAIS... RIO DE JANEIRO: ANPUR, 2011. CD-ROM.

2 - CAMPOS DOS GOYTACAZES, MACAÉ, QUISSAMÃ, SÃO JOÃO DA BARRA, CASEMIRO DE ABREU E RIO DAS OSTRAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, PIERRE. O PODER SIMBÓLICO. 13ª ED. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 2010.

CRUZ, JOSÉ LUIS VIANNA DA. MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NO NORTE FLUMINENSE (1970-2000). IN: PESSANHA, ROBERTO MORAES; SILVA NETO, ROMÉU E (ORGS.). ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO NO NORTE FLUMINENSE: DA CANA-DE-AÇÚCAR AOS ROYALTIES DO PETRÓLEO. CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ: WTC EDITORA, 2004. P. 77-116.

_____. PROJETOS NACIONAIS, ELITES LOCAIS E REGIONALISMO: DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA TERRITORIAL NO NORTE FLUMINENSE. RIO DE JANEIRO, 2003. 338 P. TESE (DOUTORADO) – PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (MIMEO).

FOLHA DA MANHÃ. ACESSO EM: 01 MAR. 2010 A 31 DEZ. 2010.

OLIVEIRA, FRANCISCO DE. ELEGIA PARA UMA RE(LI)GIÃO: SUDENE, NORDESTE, PLANEJAMENTO E CONFLITO DE CLASSES. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1977.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NO BPR&R

O Boletim Petróleo, Royalties & Regiões aceita colaborações em forma de artigos de pesquisadores das áreas cobertas pela publicação, com ênfase em desenvolvimento regional, petróleo e outros minerais, royalties e participações e legislação tributária.

Os artigos são avaliados pela coordenação do Boletim e, eventualmente, por pesquisadores convidados.

As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são as seguintes:

- Os artigos devem conter apenas título, corpo, notas, bibliografia e uma minibiografia institucional do autor (não sendo necessários resumos e abstracts).
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 13 mil caracteres com espaços (incluindo notas e bibliografia).

- A bibliografia deve se limitar ao mínimo necessário e conter apenas obras citadas no artigo.
- Notas devem ser colocadas, juntas, ao final do texto.
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em jpg, com resolução mínima de 96 dpi.
- Tabelas podem ser enviadas em forma de imagem (jpg), em excel ou word.
- Os autores aceitam, tacitamente, eventuais edições necessárias para adequação ao espaço do boletim e ao seu padrão editorial.

O envio dos artigos pode ser feito para o e-mail: boletim@ucam-campos.br

Petróleo, Royalties & Região

ISSN 1980-6310

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320
telefax:(0xx22) 2726 2406)

Ano VIII, Nº 32 - JUNHO | 2011

Coordenação: Denise Cunha Tavares Terra

Editor e Jornalista Responsável: Vitor Menezes (DRT 21374)
Bolsistas (UCAM): Thiago Muniz, Wagner Rosado e Willian Silva de Oliveira (CNPQ)